



RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

DIREITO À MORADIA DIGNA – A REALIDADE DOS SETORES TERRA DO SOL E CONTINENTAL, EM APARECIDA DE GOIÂNIA

Data: 20 de março de 2018.

Local: Casa de Maria – Setor Terra do Sol – Aparecida de Goiânia.



Promovida pela Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa de Goiás (ALEGO), a audiência pública discutiu a questão da moradia digna. O evento foi realizado em 20/03/2018, às 18h, na Casa de Maria, localizada na entrada do Setor Terra do Sol, em Aparecida de Goiânia, e contou com a participação de aproximadamente 350 pessoas.



O mestre de cerimônias da Assembleia Legislativa, Sr. Sidney Araújo Teixeira, iniciou a audiência saudando a todos e compondo a mesa com as seguintes autoridades:

- Deputada Estadual Isaura Lemos, presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana;
- Vereador por Aparecida de Goiânia, Willian Panda;
- Vereador por Aparecida de Goiânia, Araújo;
- Representando o Secretário de Desenvolvimento Econômico de Aparecida de Goiânia Ozair José da Silva, Fernanda Abreu;
- Superintendente Social de Proteção Básica, Anízio Lazani Neto;
- Superintendente de Proteção Social Especial de Aparecida de Goiânia, Vânia França;
- Diretora de Média Complexidade da Secretaria de Assistência Social de Aparecida de Goiânia, Márcia Bezerra de Melo;
- Advogado especialista em Direito Público e Regulação Fundiária, Bruno Pena;
- Líder Comunitária do Bairro Terra do Sol, Francisca Barbosa Silva.

Participaram ainda da audiência as seguintes autoridades:

- Conselheiro tutelar da Zona 145 de Aparecida de Goiânia, Sr. Thiago Rodrigues;
- Gestor da UBS da Chácara São Pedro, Sr. Rubens Santos;
- Apoiadora desta causa, Sra Olímpia;
- Representando o Deputado Estadual Marlúcio Pereira, Sra Judith Fernandes;
- Presidente de bairro do Setor Independência das Mansões, Sr. Valdeci;
- Pastor Luzimar de Araújo da Igreja Pentecostal Aliança com Jesus Cristo do Bairro Terra do Sol;
- Advogado Renaldo Limiro.



Após a composição da mesa e apresentação das outras autoridades, foi executado o Hino Nacional Brasileiro. Na sequência, a deputada estadual e presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, Isaura Lemos, fez abertura da audiência pública, falando da importância de expressar e ouvir as manifestações da comunidade. Mencionou a dificuldade que enfrenta o país, a necessidade de usufruir das riquezas e potencialidades, ter uma atitude de orgulho e não permitir que países estrangeiros e bancos interfiram nos destinos e caminhos, para se ter um país mais justo e solidário. Destacou um Brasil para os brasileiros, a soberania e o poder de decidir os rumos. Ressaltou a luta para a solução da crise no país, reforçando o desenvolvimento das forças produtivas para que cada um possa ter o seu trabalho, a sua renda, bem como consumir o que precisa. É dever do Estado cuidar de quem não pode trabalhar e produzir riquezas e para as outras famílias que não podem produzir seu próprio sustento.

A parlamentar reforçou ainda a democracia, o poder e a participação do povo, o direito à moradia digna que está na Constituição Federal e que não concorda com a



retirada dos direitos sociais. Mencionou também os demais direitos como: água tratada, energia elétrica, educação e saúde. De acordo com Isaura Lemos, muitos desses direitos não são reivindicados pela população, e hoje muitos estão aqui para ter o direito à moradia digna. Durante o discurso, a deputada agradeceu a presença da equipe da reportagem da TV Assembleia, manifestando a expectativa de que os demais deputados fiquem sensibilizados com a situação para obter mais ajuda, juntamente com o governo do estado e a prefeitura. A deputada também pontuou que a CELG é obrigada a colocar energia onde tem gente, sendo ocupação ou não, e afirmou que será uma das primeiras medidas ir à CELG para tratar desse assunto.



Em seguida, o vereador Willian Panda, que está em seu primeiro mandato como vereador mais jovem de Aparecida de Goiânia, citou a moradia como sua bandeira de luta. Segundo ele, há 15 anos teve início o movimento de luta pela casa própria, fundado pela deputada Isaura Lemos e seu marido Euler Ivo. Depois de conhecer o movimento, passou a ser voluntário durante alguns anos. Posteriormente, no triste



episódio da retirada das famílias do Parque Oeste Industrial em Goiânia, foi ajudar como voluntário. Primeiramente, foi para a Assembleia Legislativa com o apoio da deputada Isaura. Relembrou que Isaura entrou na ocupação, inclusive para barrar a polícia, e sozinha quase foi alvejada, só não foi porque foi reconhecida. O vereador afirmou que Isaura é uma guerreira que colocou todas as pessoas voluntárias do movimento para colaborar com as famílias, primeiro na Assembleia, depois na Igreja Matriz no Centro de Goiânia, no ginásio, e posteriormente no setor Grajaú, e finalmente no Residencial Real Conquista, onde tiveram direito à moradia.

Adicionalmente, William Panda afirmou que mais de 30 mil famílias saíram do aluguel em vários bairros de Aparecida de Goiânia e do estado por conta desse trabalho do movimento de luta pela casa própria. Em seguida, agradeceu a deputada por fazer a audiência pública a pedido dele e da dona Francisca. Com a visita no local, verificaram ainda mais as precariedades da comunidade e fez um agradecimento à Francisca pelo seu empenho e seu trabalho voluntário sem remuneração. Mais uma vez agradeceu a todas as pessoas que fazem doações e ajudam a comunidade, como vários empresários e a Igreja Católica.

Entre os vereadores convidados, compareceu o vereador Araújo, que também trabalha na área fundiária. De acordo com o vereador, é importante realizar um trabalho conjunto, sem disputa com os demais vereadores, para cobrar do governo municipal e estadual, pois a moradia é prerrogativa dos três poderes. O vereador ficou assustado, pois, de acordo com Francisca, há moradores vivendo no local há mais de 40 anos. Esse problema social de moradia já acontece há muito tempo; passaram-se vários governos e a situação continua do mesmo jeito. Falou que uma parte da área é particular e outra aparentemente foi cedida à prefeitura, cerca de 60 lotes, o que está sendo averiguado. Ele afirmou que existe uma maneira das pessoas continuarem nesse local: a prefeitura ressarcir os donos da terra e comprar os terrenos, e depois fazer a infraestrutura que é precária. Também vai solicitar a roçagem do matagal para a Secretaria Urbana de Aparecida de Goiânia.

O vereador Araújo acrescentou que será contratada uma empresa particular para verificar se a água é ou não potável. O mesmo Plano Diretor que diz que a área é imprópria para moradia reservou 5% das áreas doadas pelos condomínios para



habitação de interesse social. Segundo o vereador, também existiam muitas crianças fora da escola por falta de transporte. Foi feito requerimento e também ofício para poder transportar essas crianças. Mais de 100 crianças foram matriculadas e, hoje, existem três vans para o transporte dos alunos, graças ao empenho do secretário de Educação de Aparecida de Goiânia, Rodrigo Caldas, e também do prefeito Gustavo Mendanha. Outro problema identificado é que muitas pessoas não têm atendimento médico por não possuir o cartão SUS, incluindo 36 grávidas sem fazer pré-natal. O secretário de Saúde ficou encarregado de resolver o problema. Também ficou de verificar uma casa no Jardim Rio Grande para instalação da Unidade Básica de Saúde (UBS). Vai ser cobrado das três esferas, governo federal, estadual e municipal o direito à moradia, pois é um direito previsto na Constituição Federal.

O vereador Araújo ressaltou ainda a importância da audiência pública e a participação de todas as famílias. Está no quarto mandato com 62 anos e já foi presidente da Câmara de Aparecida de Goiânia por dois mandatos consecutivos. Elogiou o trabalho do vereador Panda e do advogado Bruno pela elaboração do projeto de lei sobre habitação. Também está em andamento uma reunião com a comunidade e o prefeito de Aparecida para a solicitação de uma linha de ônibus para essa região.

A secretária executiva de Habitação e Regularização Fundiária, Fernanda Abreu, representando o secretário de Desenvolvimento Econômico de Aparecida de Goiânia, discorreu sobre a importância da moradia “quem tem casa, tem raiz”. A secretária se comprometeu a fazer o cadastro de todas as famílias. Ela afirmou que se essa área foi classificada como área de risco, deve ter prioridade no programa Minha Casa, Minha Vida, não precisando participar de sorteio.

A superintendente de Proteção Especial e Social de Aparecida de Goiânia, Vânia França, falou da luta da deputada Isaura Lemos. Mencionou também a situação gritante com esgoto a céu aberto proveniente do CEPAIGO e o sofrimento da comunidade local em conviver com essa situação. Enfatizou que a tentativa de aplicar as políticas públicas são um direito da população, assim como a busca de uma solução para permanência na área ou a busca por outro local.



O advogado Bruno Pena, especialista em Direito Público e Direito Fundiário, parabenizou a Assembleia Legislativa pela iniciativa da comissão em realizar a audiência pública neste local. Com isso, as autoridades verificarão a existência dessas pessoas, onde moram, como moram, como vivem, a dificuldade de pegar um ônibus, obter energia elétrica porque não possuem endereço, obter água tratada e atendimento médico pela inexistência de posto de saúde próximo. Esse é o objetivo da audiência, as pessoas notarem que as pessoas existem. As pessoas não podem ser tratadas como entulho, pois devem ser tratadas como cidadãos que pagam seus impostos, que votam nas eleições, que trabalham e produzem renda. Devemos discutir os problemas e buscar soluções com o poder público, sempre com a participação da comunidade nesse processo. A regularização feita até agora no município de Aparecida foi feita pela AGEHAB. O primeiro passo é colocar para o poder público que existem pessoas, através da realização do cadastro. As pessoas não moram nessa região por opção, mas por necessidade, pois não possuem outro local para morar. A prefeitura tem que dar uma solução.

Bruno Pena esclareceu que estão envolvidas três partes neste processo: duas pessoas que compraram a área e 400 famílias que não têm onde morar. Todas essas partes estão sendo prejudicadas, e o poder público precisa dar uma destinação à área. Existem dois caminhos: retirar para outro local melhor (um lote, apartamento) ou realizar a regularização fundiária. Em 2009, no governo do presidente Lula foi aprovada uma lei permitindo a regularização fundiária em áreas de preservação permanente, criando assim um mecanismo jurídico. Essa lei foi aperfeiçoada com uma norma federal. A prefeitura diz que a área é imprópria para habitação, mas a mesma na década de 1970 aprovou um loteamento para essa região. Se a área é de risco, a pessoa cadastrada tem direito de participar nos programas sociais ou a prefeitura pode regularizar o bairro. A lei federal, assim como a lei municipal apresentada pelo vereador Willian Panda, possui aspectos urbanísticos que podem ser regularizados. O advogado disse que vai redigir um requerimento para a prefeitura, a fim de regularizar a área. Se a resposta for negativa, recorrerá ao Judiciário para obtenção de uma sentença favorável. O mesmo se comprometeu a defender a causa.



A líder comunitária do bairro, Francisca Barbosa Silva, mora há 12 anos no local e trabalha como gari. Relatou a dificuldade de obter o cartão SUS por não possuir comprovante de endereço e falou da importância da política na vida de todas as pessoas.



Nas considerações finais, a presidenta da comissão, deputada Isaura Lemos, explicou que se trata de uma oportunidade de levantar todos os problemas da comunidade e buscar estratégias para dar os passos seguintes. As próximas etapas seriam: cadastrar todos os moradores, verificar junto à prefeitura de Aparecida se a área é de risco ou não, verificar a situação dominial dos lotes (prefeitura, particular) e se existem demandas judiciais ou processos de usucapião. Também ficou de marcar uma audiência com o Ministro das Cidades, o goiano Alexandre Baldy, vereadores e prefeitos de Aparecida de Goiânia, em busca de recursos e soluções para os



moradores dessa região. Depois de tomadas todas essas medidas, tendo um parecer favorável ou não, ficou de marcar uma nova audiência para discutir os próximos passos.

Posteriormente, a palavra foi aberta à comunidade. Uma moradora relatou o tratamento nada cordial por parte da CELG. As autoridades presentes se prontificaram a fazer uma reclamação formal à CELG (agora ENEL) com relação ao tratamento inadequado que vem sendo dado aos moradores. Dona Maria, líder do bairro e moradora há 16 anos, relatou que no passado o prefeito Ademir Menezes e o Sr. Valter autorizaram a ocupação desse local, sendo que na última eleição prometeram escriturar os lotes. A moradora afirma, inclusive, possuir vídeos que comprovam tal afirmação. As autoridades pontuaram que esse é um fato novo, pois desconheciam a informação de que a prefeitura autorizou as pessoas a ocuparem este local.

O advogado Dr. Nelson afirmou que existem vários casos de usucapião em andamento e que outros que poderiam pleitear o mesmo pedido. Comprometeu-se a ajudar essas pessoas. O morador Joaquim, residente há 10 anos, que possui casa de alvenaria, tem comprovante do pagamento de energia elétrica. Ficou de verificar junto à CELG qual o critério de algumas pessoas terem energia e outras não. Por fim, alguns moradores afirmaram que são do tempo do lixão, quando as famílias foram cadastradas, mas não foram contemplados com casa própria.



Composição da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana

Deputados Membros

1 - Titulares

Isaura Lemos (PC do B) – Presidenta
Carlos Antônio (PSDB) – Vice-Presidente
Jean Carlo (PHS)
Marlúcio Pereira (PSB)
Sérgio Bravo (PROS)
Humberto Aidar (PT)
Nédio Leite (PSDB)

2 - Suplentes

Luís César Bueno (PT)
Álvaro Guimarães (PR)
Marquinho Palmerston (PSDB)
Hélio de Sousa (PSDB)
Henrique Arantes (PTB)
Paulo Cezar Martins (PMDB)
Iso Moreira (PSDB)



Equipe Técnica

Valdivino Edson de Azevedo

Secretário

Edson Yoiti Haga

Analista Legislativo

Marcela Ferreira Souza de Miranda

Analista Legislativo

Mary Anne Rodrigues Araújo

Agente Legislativo

Morse Samuel Silva

Assessor Parlamentar

Érika Akemi Bernardes Iwamoto

Estagiária